

Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC¹

Carlos Estevão Ferreira Castelo

Doutor pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

Pesquisador do Grupo História e Cultura, Linguagem, Identidade e Memória (GPHCLIM/UFAC/CNPq)

Professor Associado 2 do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Acre (CCJSA/UFAC)

e-mail: xapuriense@ufac.br

Resumo

Nesse texto o objetivo é analisar a problemática do “manejo sustentado de madeira” em Xapuri/AC, atividade econômica que foi privilegiada pelo grupo político que assumiu o governo acreano em 1999. Para realizar as argumentações, utilizou-se parte de histórias de vida de seringueiros que vivem em duas áreas “protegidas” no município do Acre que se tornou símbolo do “ambientalismo” (Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes e Reserva Extrativista Chico Mendes). O artigo é resultado de uma pesquisa de maior fôlego desenvolvida durante o processo de doutoramento em História Social na Universidade de São Paulo – USP. Uma experiência de História Oral com seringueiros que buscou colocar em evidência os impactos provocados por processos de “modernidade” (ou “modernização”) nos seus modos de viver, no período de 1988 a 2012.

Palavras-Chaves: Seringueiros; manejo de madeira; governo da floresta; desenvolvimento sustentável; modos de vida.

Writing hearing people: the management "sustainable" wood in Xapuri/AC

Abstract

In this text the objective is to analyze the issue of "sustainable management of wood" in Xapuri/AC, privileged economic activity by political group that came to rule the state of Acre in 1999. To achieve the arguments, we used part of life stories of rubber tappers living in two areas "protected" in the Acre municipality that became symbol of "environmentalism" (Project Agroextrativista Chico Mendes and Extractive Reserve Chico Mendes). The article is the result of a longer-term research, developed during the PhD process in Social History at the University of São Paulo - USP. An Oral History of experience with Acre rubber tappers who sought to highlight the impacts caused by processes of "modernity" (or "modernization") in their ways of living in the period 1988-2012.

Keywords: Rubber tappers; timber management; government of the forest; sustainable development; lifestyles.

Escrito por el oído: la madera gestión "sostenible" en Xapuri/AC

Resumen

1 O artigo faz parte dos resultados de pesquisa de doutorado (financiada pela CAPES através de bolsa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

En este texto, el objetivo es analizar la cuestión de la "gestión sostenible de la madera" en Xapuri/AC, la actividad económica que ha sido privilegiada por el grupo político que se hizo cargo del gobierno de Acre en 1999. Para llevar a cabo los argumentos, se utilizó parte de las historias de vida de caucheros que viven en dos áreas "protegidas" en el municipio de Acre que se convirtió en símbolo de "ambientalismo" (Proyecto Agroextrativista Chico Mendes y Chico Mendes Reserva de Extracción). El artículo es el resultado de un mayor alcance de la investigación desarrollada durante el proceso de doctorado en Historia Social en la Universidad de Sao Paulo - USP. Una Historia Oral de la experiencia con los recolectores de caucho que trataron de poner de relieve los impactos de los procesos "modernos" (o "modernización") en sus formas de vida en el período 1988-2012.

Palabras clave: Los caucheros; gestión de la madera; gobierno de la selva; desarrollo sostenible; estilos de vida.

Introdução

Desde o final da década de 1960 (com destaque maior em meados dos anos de 1980), o debate e as preocupações com as questões “ambientais” estão presentes nas academias e tribunas brasileiras. No caso do Estado do Acre, apesar das discussões terem iniciado nos anos de 1970, só foram intensificadas na década de 1990. Notadamente no ano de 1999, após a chegada ao governo acreano de um grupo político liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que se autointitulou “Governo da Floresta” (ou “da Florestania”).

Sobre a introdução da "florestania" como projeto de governo, Porfírio da Silva (2009) observa que quando a "Frente Popular do Acre" assumiu os destinos do Estado, o mesmo possuía sérias restrições de financiamento interno. Então, na busca dos recursos necessários para viabilizar investimentos prometidos em campanha, passaram a assimilar um discurso (muito forte nas instituições multilaterais de crédito do exterior) que adjetivava o desenvolvimento (“desenvolvimento sustentável”).

Segundo Maia (2009), concordando com o pensamento de Porfírio da Silva (2009), a adoção do “desenvolvimento sustentável” pelo “Governo da Floresta” acreano relacionou-se fortemente com a necessidade de se adequar às exigências dos organismos internacionais de financiamento. Portanto, não teria sido por acaso que a maioria das inversões realizados na região, a partir dos anos de 2000, tenha sido financiada por organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD), entre outras instituições de crédito internacionais (e também nacionais, como o BNDES). Tudo realizado com o expressivo apoio de organizações não governamentais ambientalistas (ONG’s), dentro de um contexto político específico da economia global, “[...] caracterizado pelo crescimento do capital transnacional garantido por novas formas de produção introduzidas pela globalização do mercado” (DE ANTONI, 2010, p. 301).

Esse alinhamento do discurso oficial acreano com o das grandes agências, bancos, e ONG's internacionais, para muitos significou que as preocupações com o ambiente e com a conservação da floresta (no sentido de uso da natureza não humana respeitando seus limites) se transformaria, a partir de então, em ações concretas, e corretas, de Governo. Para outros, como Paula (2003), iniciava-se nas “terras do aquiry” um processo perverso de intensificação da “mercantilização da natureza”.

A partir de então, o “Governo da Floresta” passou a disseminar a ideia que a única possibilidade de preservar os recursos biológicos das florestas seria utilizando-os comercialmente. Em outros termos, incluí-los em processos produtivos. Se não fosse assim, correríamos um sério risco de perdê-los (estratégia do “*use-o ou perca-o*”). Usar de forma racional e “inteligente”. Entretanto, na visão de Schmidlehner (2012, p.30), o que aconteceu, na verdade, foi que o Governo passou “[...] a oferecer o Acre para as grandes agências e bancos como laboratório e vitrine do desenvolvimento sustentável”.

Isto posto, informa-se que a proposta nesse artigo é analisar a problemática do “manejo sustentado de madeira” no município de Xapuri/AC (atividade econômica privilegiada pelo “desenvolvimento sustentável” do “Governo da Floresta” nos seus primeiros anos. Para realizar as argumentações, utilizou-se parte de histórias de vida consedidas por seringueiros que vivem em duas áreas “protegidas” (Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes e Reserva Extrativista Chico Mendes)² no município acreano que se tornou símbolo do “ambientalismo”. Deve-se informar, ainda, que o artigo é resultado de uma pesquisa de maior fôlego, desenvolvida durante o processo de doutoramento em História Social na Universidade de São Paulo – USP. Uma experiência de História Oral com seringueiros que buscou colocar em evidência os impactos provocados por processos de “modernidade” (ou “modernização”) nos seus modos de viver na floresta, no período de 1988 a 2012.

Um contexto importante: o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)

Para Palza Silva (2012), desde o Governo de Geraldo Mesquita (1975-1979), sucessor imediato de Wanderley Dantas (governador que propagandeou as terras acreanas como “férteis e baratas”, no centro sul, na década de 1970), a questão dos desmatamentos e dos problemas ao meio ambiente acreano passaram a despertar preocupações em âmbito nacional e internacional. Entretanto, para a mesma autora, esses receios não conseguiram

² No total foram coletados 27 relatos de seringueiros nos dois locais pesquisados. Para tanto, utilizou-se as estratégias de História Oral propostas por Bom Meihy (1996).

se transformar em “políticas de governo”, até porque, não era uma questão frequente no cotidiano da maioria dos acreanos.

Na gestão do Governador Flaviano Melo (PMDB), iniciada em 1987, a problemática ambiental começou a aparecer no dia a dia dos acreanos de forma mais intensa, principalmente por conta da liberação de recursos para o asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC). Entretanto, deve-se marcar que isso ocorreu devido à atuação do líder seringueiro Chico Mendes que, nesse período, junto com seus companheiros, também seringueiros, participavam de “empates”³ e denunciavam fortemente os desmatamentos provocados pela expansão da frente agropecuária na Amazônia. Nessa luta, a proposta das reservas extrativistas (considerada por muitos como a “reforma agrária dos seringueiros”) era costumeiramente apontada como uma alternativa diferente para o desenvolvimento da região.

Após o assassinato de Chico Mendes, em 1988, houve uma intensificação da chamada “onda verde” nas terras acreanas. Intensificação relacionada com a atuação das agências e organizações não governamentais que, inclusive, no caso do Acre, passaram a exercer fortes influências e, inclusive, a pautar os movimentos sociais (principalmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - STTR e o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS). Nesse processo merece destaque a atuação do Banco Mundial, que atuou de forma forte e decisiva como uma espécie de núcleo estruturante de uma nova forma de disciplinamento do território. Não só no Acre, como em toda a Amazônia Brasileira.

O Banco Mundial já havia efetivado intervenções importantes na Amazônia através do Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste (POLONOROESTE) e do Programa Grande Carajás - PGC (DE ANTONI, 2010), entretanto, havia se retirado temporariamente (referência à suspensão de alguns financiamentos motivados por críticas de “ambientalistas”). No início década de 1990, o Banco volta novamente suas atenções para a região (e com eles todos seus parceiros ocidentais). Agora, com um discurso que (re)considerava a importância do ambiente e das populações locais na implementação das políticas que recomendava. Observa-se que nesse mesmo tempo, a ideologia da globalização começava a dominar fortemente a cena internacional.

Em 1990 lança-se uma iniciativa denominada Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Um programa concebido na cúpula do G-7, em Huston, cujos formuladores buscavam demonstrar certa determinação dos ditos “industrializados” na eliminação da destruição das florestas tropicais, respeitando a

3 Na linguagem local “empate” era sinônimo de impedir. No caso, empatavam a derrubada e a queima da floresta. Através dessas manifestações coletivas e solidárias, os seringueiros impediram muitos fazendeiros de transformarem as florestas do Acre em pastos para seus bois.

soberania nacional dos países “em desenvolvimento” que possuíssem grande biodiversidade (segundo o discurso apresentado pelos agentes da época).

Esse suposto forte compromisso em favor das florestas, na visão de De Antoni (2010, p. 304), “[...] era inspirado e projetado dentro do quadro político-econômico dominante”. Ou seja, a saída apresentada baseava-se na “economia de mercado”. Saída que constituir-se-ia, segundo o que se anunciava, na melhor solução para o problema da destruição do ambiente e, também, para sua conservação. Na verdade, uma proposta que apenas tentava dar outra “coloração” para um conjunto de ações que na Amazônia (e no Acre), desde o pós-segunda guerra, marcaram profundamente o modo de vida constituído.

Nas recomendações do G7, não se considerava (ou se considerava apenas no discurso), que a preservação e/ou conservação da biodiversidade poderiam também ser possíveis através de formas alternativas ao quadro político-econômico dominante. Formas alternativas e com uma verdadeira valorização dos conhecimentos dos camponeses, seringueiros e indígenas. Conhecimentos que, “[...] paradoxalmente, se encontram ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna” (SANTOS & MENESES, 2009, p. 49).

O PPG-7 iniciou sua operacionalização no Brasil em 1994. Teve uma primeira fase concluída em 1999, mas continuou atuando até 2009 (DE ANTONI, 2010). No bojo das diversas propostas apresentadas é possível encontrar iniciativas como a disponibilização de financiamentos dirigidos para a região Amazônica. Exatamente para aproveitar essas “ofertas de liquidez”, como já anunciado no início, foi que o “Governo da Floresta” harmonizou sua política com a dos organismos internacionais. Assim, o Banco Mundial, o BID (e conseqüentemente o G-7) passaram a conduzir e a disciplinar, de forma mais intensa, as maneiras de exploração e uso do território acreano através da influência e dos financiamentos das políticas públicas estaduais. Tudo regido pela “batuta” da economia de mercado.

Conforme salientou Teixeira da Silva (2011, p. 228) o Brasil configurava-se (e ainda configura-se) “[...] como uma das maiores potências ambientais do planeta, concentrando um banco genético estratégico pela sua biodiversidade, notadamente pelas suas extensas florestas tropicais localizadas na Amazônia”. Dessa forma, seria até ingenuidade acreditar que iniciativas como a do PPG-7 trataram-se, apenas, de um gesto altruísta dos “desenvolvidos” em favor dos “em desenvolvimento”.

No caso do Acre, portanto, é possível afirmar, concordando com Paula (2003), que intensificou-se a partir dos anos 2000 o processo de “mercantilização da natureza”. Não significando dizer com isso que, antes, a Amazônia não era (ou havia sido) mercantilizada. Até porque, desde os momentos iniciais de expansão do modo capitalista de produção se privatizava a terra e mercantilizam-se os “bens naturais”. Entende-se que o que Paula

(2003) chama de “mercantilização” refere-se a um processo mais acelerado que leva ao limite a exploração para fins mercadológicos dos chamados “bens naturais”. Inclusive os bens imateriais como o conhecimento via patentes.

O primeiro contrato de empréstimo entre o “Governo da Florestania” e o BID (1399/OC-BR) foi assinado para implantação do “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA”. O valor foi de 108 milhões de dólares, dos quais 64,8 milhões do BID e 43,2 milhões de contrapartida local.

A chegada do manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC

A extração madeireira em áreas protegidas e com presença de seringueiros sempre foi problemática desde as primeiras experiências no caso do Estado do Acre. Nesse campo, os projetos iniciais (ditos experimentais e utilizando técnicas de baixo impacto ou impacto reduzido - EIR) ocorreram no PAE Porto Dias e no PAE São Luiz do Remanso, sob a supervisão do Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA). Mesmo sofrendo críticas, as experiências de manejo madeireiro ou do “Manejo Familiar Comunitário - MFC”, chegaram à região de Xapuri no ano de 1999 na lógica discursiva do “use-o ou perca-o”, inicialmente no PAE Cachoeira (SCHMINK et. al. 2007).

Vale destacar que nos anos que se seguiram à morte de Chico Mendes (de 1988 até os anos finais da década de 1990) os preços dos produtos extrativistas na região de Xapuri/AC apresentavam significativas desvalorizações. Uma conjuntura que havia levado muitos seringueiros a migrarem para as cidades. Os que haviam ficado no “mato”, procuravam a todo custo aumentar as alternativas não extrativistas de sobrevivência (fazer o que era possível fazer - criar gado, inclusive). A vida, a cada dia, tornava-se mais difícil.

Chegando ao poder executivo, o “Governo da Floresta” rapidamente começou a massificar a ideia de que seria o “continuador dos ideais de Chico Mendes”. E com o apoio de ONG’s, passou a apresentar o manejo “sustentado” de madeira como a alternativa para resolver os problemas ambientais. Observa-se que o discurso governamental apresentava, de forma intensa, o manejo madeireiro como sendo uma possibilidade concreta de preservar a floresta obtendo renda dela. Ou seja, exatamente o que os formuladores do discurso do “desenvolvimento sustentável” apregoavam. Mas, não somente ONG’s apoiaram essa ideia. No processo inicial de convencimento dos seringueiros de Xapuri, foi decisiva a colaboração de antigas lideranças do próprio “movimento de resistência⁴”, lideranças que haviam sido

4 Movimento criado pelos seringueiros nos anos de 1970 e 1980 contra o processo de expropriação de seus territórios pela “frente pioneira agropecuária”.

transformadas em funcionários do Governo⁵. Hoje, vastas evidências indicam que esse processo contribuiu de maneira decisiva para uma tremenda perda de protagonismo dessas populações. Iniciava-se um tempo “estranho”, onde quem falava pelo Acre sobre as florestas, e sobre a vida nas florestas, eram as ONG’s e os políticos. Sendo que pouco, ou quase nada, se ouvia da voz do líder indígena ou do líder seringueiro. Para muitos seringueiros, mesmo com desconfianças, foi difícil resistir ao manejo. E nesse processo, vale assinalar, a imagem de Chico Mendes foi “usada e abusada” (Cf. DOSSIÊ ACRE, 2012).

A voz do seringueiro Adelcir Ferreira da Silva, do PAE Cachoeira, não deixa dúvidas que a chegada do manejo “sustentado” de madeira em áreas habitadas por seringueiros no município de Xapuri/AC foi uma iniciativa da “florestania”. Segundo ele, uma “invenção” do governo.

O governo também inventou esse manejo florestal para melhorar a renda da gente, com a madeira. Pois a gente não pode criar muito gado aqui, só 10 cabeças, mas se for gado leiteiro. A gente não pode criar mais. Até um roçadinho, segundo a regra, a gente não pode mais colocar. Eu estou impedido de colocar um roçadinho pequeno mesmo. Não pode mais derrubar, segundo a regra. Dizem que já tem muito desmate aqui dentro (Recorte do relato do seringueiro Adelcir Ferreira da Silva, morador do PAE Cachoeira).

A proposta de “Manejo Familiar Comunitário - MFC” começou a caminhar de forma apressada em Xapuri nos anos finais da primeira gestão (1997-2000) do então Prefeito Júlio Barbosa de Aquino (PT). Exatamente no momento em que se articulou a implantação de um “Polo Moveleiro” na cidade. Articulação promovida por esse Prefeito, por um Deputado Estadual e, ainda, com a colaboração de um padre católico italiano. A ideia era aparentemente simples: a Prefeitura cederia o terreno; a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA financiaria as instalações; o “Governo da Floresta” providenciaria outros apoios necessários, e a cidade italiana de “Como” capacitaria os profissionais e doaria os equipamentos.

Criar-se-ia então o “polo”, e a madeira, principal matéria-prima que as movelarias utilizariam, deveria ser proveniente de áreas (manejadas) da Reserva Extrativista Chico Mendes. Dessa forma, pensavam os idealizadores que empregos seriam criados e alguma renda monetária poderia ser obtida pelos seringueiros que aceitassem vender as árvores de suas “colocações”⁶. Entretanto, os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes rejeitaram a proposta e os articuladores redirecionaram a iniciativa para outra área, para o Projeto de Assentamento Agroextrativista Cachoeira - PAE Cachoeira.

5 Alguns autores falam sobre um processo de “cooptação das lideranças” para a máquina pública. Processo que enfraqueceu a capacidade de mobilização dos seringueiros, como também de todo o movimento social acreano. Sobre isso ver mais em Dossiê Acre (2012).

6 Era a unidade de moradia no seringal.

Observa-se que o PAE Cachoeira, ou PAE Chico Mendes, do ponto de vista locacional, era bem mais próximo da cidade e possuía certa infraestrutura de acesso. Fatores que poderiam facilitar o processo de extração da madeira “manejada”. Além disso, possuía moradores seringueiros fortemente vinculados aos políticos idealizadores da proposta de MFC e também ao Partido dos Trabalhadores. Outro aspecto era que neste PAE moravam (e ainda moram) muitos familiares de Chico Mendes, fator que também poderia facilitar a inserção da atividade na região devido a forte ligação de alguns deles com os idealizadores da proposta (observa-se que Júlio Barbosa, na época Prefeito de Xapuri, foi amigo de Chico Mendes e havia participado das lutas no período dos “empates”). Portanto, pode-se concluir que não foi por acaso que o discurso governamental passou a relacionar o manejo madeireiro com as ideias defendidas por Chico Mendes. Diziam as vozes oficiais da “Florestania” que Chico, se vivo fosse, defenderia com certeza o manejo. Segundo SCHMINK et. al. (2007, p.15), o MFC foi implantado no PAE Cachoeira após:

[...] realizadas três ou quatro reuniões em Xapuri e na reserva a fim de que a associação de Cachoeira (Amppae-CM) votasse a execução do inventário ecológico das parcelas florestais. Representantes do STTR de Xapuri, a ONG CTA e um engenheiro florestal, que servia como coordenador científico participaram dessas reuniões com os políticos. No final, dez famílias de Cachoeira, todas com acesso à estrada principal da reserva, ofereceram-se como as primeiras voluntárias. Essas famílias e a Amppae-CM determinaram que a decisão de implantar o projeto de MFC, de fato seria tomada somente após a execução dos inventários e a sua discussão detalhada.

Neste ponto abre-se um parêntese para explicar a utilização nesse texto dos termos/expressões “acreano” (com e), e “seringueiro”, ou “seringueiros”. A principal motivação para a utilização da expressão “seringueiro” se deu pelo fato deles se tratarem assim. Portanto, quando se faz referência ao termo, é para indicar os sujeitos que vivem nas florestas do Acre praticando a extração do látex de seringueiras (*Hevea brasiliensis*); coletando castanha (*Bertholletia excelsa* H.B.K); criando pequenos animais, principalmente para autoconsumo; praticando agricultura e pecuária de pequena dimensão, entre outras atividades. No tempo presente, na luta pela sobrevivência na/da floresta, todas as tarefas listadas podem ser realizadas por uma única pessoa. Entretanto, o “seringueiro” dito “clássico”, do primeiro “ciclo da borracha” na Amazônia, dedicava-se exclusivamente à produção de borracha.

Portanto, a ideia de trabalhar com a denominação “seringueiro” não foi classificar e/ou normalizar, até porque o sujeito é proteiforme - ou seja: assume identidades. Nas florestas acreanas, durante os doze meses de “trabalho de mato” para obtenção dos relatos, foram encontrados, por exemplo, o sujeito que corta seringa; o sujeito que corta seringa e recebe o “bolsa família”; que tem seu plantio de roçado; que é pai; que trai a esposa; que joga dominó; que faz “bico” vendendo sua força de trabalho a outros; que vai à igreja; que

não vota em candidato A ou B; que joga futebol. Inclusive, alguns que fazem questão de dizer que são “seringueiros”, mas não trabalham mais cortando seringa. Também sujeitos que podem matar o próximo quando são ofendidos, mas que se dizem defensores da floresta. Não considerá-los como “seringueiros” significaria negar a historicidade de suas vidas.

Com respeito a utilização da expressão “acreano” (com e) informa-se que mesmo o novo acordo ortográfico definindo a grafia “acriano”, com “i”, há um movimento questionando a mudança que atropela a cultura local. Dessa maneira, decidiu-se manter a forma antiga, acreano, com “e”, em solidariedade com os usos sociais das palavras que são tão ou mais importantes que a norma. Pois os homens fazem a língua e não a língua os homens, assim diz o primeiro gramático da Língua Portuguesa chamado Fernão de Oliveira, em 1532.

Escritas de ouvido: o que falaram os seringueiros sobre o manejo “sustentado” de madeira

A experiência do MFC no PAE Cachoeira passa a apresentar seus primeiros resultados. E, rapidamente, o discurso oficial começa a utilizá-los para destacar a atividade como “uma experiência exitosa da nova forma de desenvolvimento” em curso. Inclusive, os seringueiros residentes nas “colocações” onde a madeira era retirada passam a receber uma “nova” denominação: agora eram chamados de “produtores”. Nesse aspecto, vale enfatizar que na sua fase neoliberal o capitalismo está implementando, como nunca na sua história, a mercantilização das coisas (dos espaços sociais, da natureza, etc.).

Como a maioria dos seringueiros apresentavam desconfianças e resistências, com o objetivo de continuar promovendo a atividade duas estratégias passaram a ser destacadas. Uma relacionava-se com os possíveis aumentos nos rendimentos obtidos por aqueles que haviam aceitado participar da atividade e, outra (que era aplicada desde o início do processo), procurava mostrar a existência de uma espécie de sintonia da atividade com o que Chico Mendes defendia.

Os seringueiros José Eduino, José Barbosa de Lima e Aldecir Ferreira, falaram sobre suas experiências com a atividade:

O morador daqui era o Demétrio, ele tinha aí um projeto de manejo, mas andou queimando um mato por aí e suspenderam ele do manejo. Já vieram aqui e já conversaram comigo, **mas eu disse que não vou mexer não, pois dá problema para a seringa, derrubam muitas castanheiras, vira tudo esperaizal.** E, por enquanto, eu não vou mexer não, depois que eu andar no chão direito, conhecer os extremos bem, aí eu até posso vender essa madeira, pois de qualquer maneira nós não podemos cerrar para levar para outro canto, até para beneficiar para a própria pessoa, para fazer uma casa, dá problema (José Eduino, do PAE Cachoeira, grifo nosso)

Vendi madeira de manejo, **mas não quero mais não, estraga a mata, faz muito pisseiro** [estrago] **na mata**. Eu vendia para uma cooperativa de Rio Branco. Parei, não quero mais isso não [...] (José Barbosa de Lima, do PAE Cachoeira, grifo nosso)

Quando entra o verão, o IMAC libera para a gente tirar um pouquinho de madeira manejada. Vamos dizer assim, de cada três tipos de árvores tira um. Eles falam pai, mãe e filho. Se tiverem três cedros, tira um, três cerejeira, tira, um, três cumaru ferro, tira um. **Mas isso daí dá um pouquinho, nessa nossa área aqui que tem muita gente agregado que come com a gente. Daí fica difícil**. Aí quando chega o final do ano a gente já tá por aqui (pareceu mostrar sentimento de raiva), a renda acaba e a gente não sabe mais como sobreviver. A renda fica pouquinho. Também têm muito ramais para o Governo cuidar, tem muitos lugares. Aí quando chegar o inverno a gente fica com essa dificuldade de ramal. Fica tudo esburacado devido às máquinas que passa (referia-se aos caminhões da empresa que compra a madeira dos seringueiros, máquinas/tratores). Não tem condições de arrumar. Aí a gente fica com dificuldade [...] (Adelcir Ferreira da Silva, do PAE Cachoeira, grifo nosso).

As palavras proferidas pelos seringueiros (destacadas acima) são significativas porque expõem dimensões de um cenário diferente do que anunciava (e ainda anuncia) o discurso oficial. Nas vozes, o que se constata é um quadro de preocupações, expectativas e mesmo de arrependimentos (por parte de alguns). Quadro bastante semelhante ao encontrado nos relatos de outros moradores deste PAE como o da seringueira Maria Luciana. Na voz de Maria Luciana, inclusive, pode-se perceber mais que uma posição contrária à atividade de extração de madeira, em sua voz é possível encontrar evidências que reforçam a ideia de que desde 1999 (principalmente) existe um “movimento” que procura transformar os seringueiros acreanos em produtores para o mercado.

O pessoal aqui também faz manejo. Manejo florestal. **Mas no meu caso o manejo não era para existir**. Não é porque não tenho colocação, mais não era para existir. O manejo é bom porque as pessoas vendem a madeira e pegam no dinheiro, mas derrubam as árvores. E para mim isso não era para existir. E quando for daqui uns tempos (pausa longa). Os filhos dos filhos vão viver de que? No manejo todo ano pode tirar 10 árvores, e se for tirando todos os anos 10 árvores, como vai ficar no futuro? Vai indo, vai indo (silêncio) e se acaba a floresta. Mas para os **produtores** eles acham bom, porque é um dinheiro fácil (Maria Luciana, do PAE Cachoeira, grifo nosso)

De acordo com a fala dessa colaboradora é também possível sugerir que no curto prazo a atividade madeireira realmente propiciou (e ainda propicia) aumentos nos rendimentos dos seringueiros (mesmo não sendo significativos). Entretanto, Maria Luciana deixa claro que sua posição contrária ao manejo de madeira relaciona-se não com dinheiro, e sim com o futuro da floresta. Sua preocupação atrela-se à sobrevivência de sua família em um tempo mais distante. Para ela, com o manejo de madeira retira-se a floresta, e sem a floresta não existirão seringueiros (“os filhos dos filhos vão viver de que?”).

Da mesma forma parece pensar outra Maria, moradora da reserva Chico Mendes: “por isso que eu falei que o manejo madeireiro não tem como a gente trabalhar, pois vai prejudicar nós depois. Não eu, que já estou com certa idade e conheci muitas coisas. Mas meus netos e meus bisnetos?” (Maria Mendes do Nascimento, do PAE Cachoeira).

As vozes dos seringueiros também evidenciaram outra questão importante, ou seja, que a relação deles com a floresta é bem diferente da relação do agricultor com a terra. Pode-se apreender que, para o agricultor a floresta apresenta-se, na maioria das vezes, como um empecilho. Daí a necessidade de desmatar para desenvolver o que os mesmos sabem fazer. Já para os seringueiros, a relação é outra. Assim falou o seringueiro José Eduino: “essa colocação não me interessa muito sem a floresta, sem a mata, a terra não tem muito valor”. Portanto, o que nos parece é que o importante para um seringueiro é o que está sobre a terra. A terra é o sustentáculo da floresta. Talvez nessa relação resida a preocupação que muitos apresentaram quanto ao futuro da floresta e seus próprios futuros, a partir da exploração da mesma através da extração madeireira.

Dessa maneira, se considerarmos como relevantes vozes como as de Maria Luciana, de Maria Mendes do Nascimento, bem como de outros seringueiros entrevistados, poder-se-ia afirmar que o discurso de que Chico Mendes, se vivo fosse, apoiaria a extração madeireira em Reservas e Projetos de Assentamento Extrativistas, como ainda quer fazer crer o Governo Estadual, não se sustenta.

Como reforço desse argumento, apresenta-se abaixo um recorte da própria voz de Chico Mendes, retirada de uma entrevista concedida por ele ao Jornalista Edilson Martins, e que foi publicada no Jornal do Brasil em 25/12/1988. Nesta entrevista, Chico Mendes fala o que realmente pensava sobre o aproveitamento “racional” da floresta. Sobre o quê comercializar e o quê industrializar. Na entrevista, é possível ver quão distante estava o seringueiro socialista daquilo que se chamou, depois de sua morte, de “florestania”.

Veja bem: até 1984, a gente realizava os empates, mas não tínhamos muita clareza do que queríamos. Sabíamos que o desmatamento era o nosso fim e de todos os seres vivos existentes na selva. Mas a coisa terminava aí. As pessoas falavam: "Vocês querem impedir o desmatamento e transformar a Amazônia em santuário? Intocável?". Estava aí o impasse. A resposta veio através da Reserva Extrativista. Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la. Os seringueiros, os índios, os ribeirinhos há mais de 100 anos ocupam a floresta. Nunca a ameaçaram. Quem a ameaça são os projetos agropecuários, os grandes madeireiros e as hidrelétricas com suas inundações criminosas. **Nas reservas extrativistas, nós vamos comercializar e industrializar os produtos que a floresta generosamente os concede. Temos na floresta o abacaba, o patoá, o açai, o buriti, a pupunha, o babaçu, o tucumã, a copaíba, o mel de abelha, que nem os cientistas conhecem. E tudo isso pode ser exportado, comercializado.** A universidade precisa vir acompanhar a Reserva Extrativista. Estamos abertos a ela. A Reserva Extrativista é a única saída para a Amazônia não desaparecer. E mais: essa reserva não terá proprietários. Ele vai ser um bem comum da comunidade. Teremos o

usufruto, não a propriedade (Chico Mendes, Jornal do Brasil, 25/12/1988, grifo nosso).

Além da destruição da floresta e dos ramais pelas máquinas e caminhões da cooperativa/empresa que explora a atividade madeireira na região do PAE Cachoeira -“vira tudo esperaizal” - “estraga a mata, faz muito pisseeiro, aí quando chegar o inverno a gente fica com essa dificuldade de ramal. Fica tudo esburacado devido às máquinas que passa”- os seringueiros que apresentaram considerações a respeito da atividade destacaram outra preocupação: o “afastamento da caça”. Prática que ainda representa, muitas vezes, o viver ou o morrer (de fome).

[...] A gente vive de criação. Todos os anos a gente mata um boinho para tirar à castanha, porque **a caça já está difícil**. Fugiu muito já, porque teve muita exploração ao redor do Cachoeira. **As caças saíram muito da área**. Mas a gente cria. Cria uma galinha, cria um pato, compra carne de boi dos amigos. Aqui no seringal todo mundo cria um pouco. Assim a gente vive (Marlene Teixeira de Oliveira, seringueira do PAE Cachoeira, grifo nosso).

[...] **A caça aqui é difícil**, a gente para arrumar um rancho cria muito né, cria galinha, cria pato, cria porco, cria gado. A gente come mais é carne de boi. Aqui caça não tem mais mesmo [...] (Francisco Teixeira Mendes, seringueiro do PAE Cachoeira, grifo nosso).

[...] A alimentação aqui (pausa), caça não pode exagerar. **Mas aqui quase não tem caça. Só essas caças pequenas, que chamam de embiara. Não tem caça grande, veado capoeiro aqui é difícil**. Só tem caça no fundo da reserva (Adelcir Ferreira da Silva, morador do PAE Cachoeira, grifo nosso).

É importante destacar que o MCF realizado no PAE Cachoeira propiciou, e ainda propicia, aumentos nos rendimentos daqueles que se envolveram com a atividade, como alguns relatos sinalizaram. Aumentos, principalmente, em curto prazo. Entretanto, esses aumentos, de acordo com as experiências durante a pesquisa de campo parece não serem significativos. Analisando os relatos concedidos pode-se concluir que no início o ganho é interessante, mas em um tempo maior, não.

Sobre os ganhos obtidos totais deve-se assinalar que aqueles que se envolveram com a exploração madeireira pouco falaram nos relatos gravados. Entretanto, em conversas informais com os próprios colaboradores e/ou seus familiares, também em conversas realizadas com funcionários da empresa que compra a madeira, e ainda consultando diagnósticos avaliativos disponíveis na internet (DE AZEVEDO & ASSREUY, 2012), constatou-se que, em média, o ganho com a venda do metro cúbico de madeira “manejada” pelos seringueiros de Xapuri variava entre R\$ 50,00 a R\$ 90,00. Comparando esse preço com os praticados na cidade de Rio Branco pela única empresa que comprava a madeira proveniente do PAE Cachoeira no período da pesquisa pode-se, facilmente, concluir quem

verdadeiramente ganha com a atividade. Conforme o DÔSSIE ACRE (2012), em média, esses preços chegavam a R\$ 1.200,00/m³.

As famílias são, em realidade, subjugadas ao domínio monopolista na medida em que só podem vender a madeira para uma única empresa, através da intermediação de uma outra, travestida de Cooperativa. Segundo a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - STTR (Dercy Teles) que também colaborou na pesquisa concedendo entrevista, a cooperativa intermediadora das compras chama-se “Cooperfloresta”. Na sua visão, “é uma cooperativa que não está a serviço dos trabalhadores”. Em seu relato, inclusive, chegou a afirmar que “[...] de cooperativa só tem nome”.

Porque o conceito que eu tenho de cooperativa é que a mesma deve estar preocupada com o bem-estar de todos os associados, diferente de uma empresa privada. Cooperativa não é somente para comprar o produto final não. A cooperativa deve ter uma ambição bem ampla para garantir o bem-estar e trabalhar na busca desse bem-estar. Exatamente o que não acontece (Dercy Teles, Presidente do STTR de Xapuri).

Esta situação de dominação monopolista é também percebida por muitos seringueiros, como é o caso de Maria Mendes do Nascimento:

[...] eu tenho certeza que Chico Mendes seria contra esse manejo madeireiro. Porque ele era uma pessoa que pensava muito pelo lado da gente. E a gente ver que isso não tem futuro para o seringueiro. **Pois a gente vai vender pelo preço que eles quiserem. Nós, que não entende de madeira vamos vender pelo preço que eles quiserem. E eles vão vender lá por um preço bem maior. E nós vamos ficar sem a madeira e sem a floresta. E sem dinheiro.** Porque agora temos como trabalhar com a borracha e a castanha e não precisamos de manejo (Maria Mendes do Nascimento, grifo nosso)

Os ganhos não tão significativos por parte das famílias seringueiras envolvidas com a exploração de madeira em Xapuri podem, também, serem evidenciados quando se constata que a maioria dos que vivem atualmente no Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes (onde a atividade é praticada) são cadastrados no programa “Bolsa Família”, do Governo Federal, mesmo praticando o manejo comunitário de madeira há quase uma década. Portanto, o resultado do MFC na região, na verdade, ao invés de gerar renda e melhorar a vida dos seringueiros pode estar se traduzindo no aumento da degradação ambiental, da concentração de rendas, e no agravamento da pobreza.

Como já apontado, muitos seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes rejeitaram a proposta de manejo de madeira desde o momento de sua chegada em Xapuri. Rejeitaram, principalmente, por desconfiarem dos resultados. E após saberem dos valores recebidos por aqueles que aderiram à atividade no PAE Cachoeira essas desconfianças e preocupações aumentaram, como pode ser visto no recorte da voz do seringueiro Antônio Cândido da Silva (do “seringal” Nazaré, “colocação” Rio Branco). Este seringueiro relatou,

na porta do Sindicato, por ocasião da realização de uma audiência pública sobre a construção de uma ponte na cidade de Xapuri, que a obra da ponte, se concretizada, iria “tirar seu sossego”, e que “acabaria com sua calma”. Por isso mesmo, “era totalmente contra” a tal construção. O receio desde seringueiro, sem dúvida, relacionava-se com a exploração madeireira em sua região. Seu Cândido é sabedor, como muitos outros moradores da Reserva, que caso a ponte seja construída certamente facilitará a entrada de caminhões na área e, como consequência, a exploração da madeira será facilitada levando embora “seu sossego”.

Baseados nas experiências do PAE Cachoeira, muitos moradores da Reserva Chico Mendes também relataram seus temores, ou seja, “que o barulho do trator *skid* espanta o de comer” e que “provoca destruição nos ramais”. E, ainda, que “o *skid* destroi a própria floresta, quando arrasta as árvores derrubadas”. Entretanto, o conjunto dos relatos coletados na Reserva não permitem afirmar, categoricamente, que a maioria dos moradores teria uma posição contrária ou favorável ao manejo. Mesmo assim, pode-se sugerir, com base na opinião daqueles que se manifestaram, que a ideia possui fortes resistências. Como bem resumiram os seringueiros Jorge Monteiro da Silva e Raimundo Souza Nascimento.

Aqui veio o manejo, veio o pessoal e colocaram as propostas para a gente. Mas eu não quis isso, nem eu nem meus vizinhos. Eu não quis porque destrói a mata. Vamos supor: onde essas máquinas entram destroem a mata toda, elas acabam com nosso alimento porque espantam a caça. Uma mata dessa que o senhor está vendo aí, uma mata boa de andar por dentro. Então, se entrar uma máquina dessas aí, um *skid*, um trator, então esculhamba tudo. Se uma máquina dessas passa por cima de uma vertente, aí entope tudo de pau. Esculhamba tudo. Aí nós vamos ficar sem a nossa água, que é muito importante para nós aqui. E aí esculhamba tudo, por isso nós não aceitamos. Devido isso. Acabam com nossas matas. Então, se depois a gente precisar de uma madeira boa para fazer uma casa ou outra coisa não vai ter mais, porque a gente terá vendido tudo, aí não vai ter. E o dinheiro não é bom. O dinheiro que nos pagam pela venda da madeira não dá quase nada, como dizem por aí. Quem vendeu inclusive não recebeu. Então, porque vou me meter numa coisa dessas, sabendo que não é coisa boa (Jorge Monteiro da Silva, morador da Resex Chico Mendes em Xapuri/AC).

Aqui não entrou aquele negócio de plano de manejo não (manejo madeireiro). Eles falam que tem um projeto para as bandas de cá. Mas ainda não chegou até aqui não. Eles falam que virá. Mas eu sou contra. Eu acho uma coisa muito errada. **Como eles querem proibir da gente derrubar para plantar um pouquinho, para nossa sobrevivência, e vão permiti derrubar a mata para vender a madeira.** Ali para o Seringal Cachoeira, onde já fizeram plano de manejo, o pessoal diz que a mata virou só quiçaça (terra árida, chão ruim, cuja característica dominante é uma vegetação de mato baixo e espinhoso, espécie de capoeira). Aí eu acho muito errado. A caça vai embora, se muda dali, porque vai entrar o trator *skid* para puxar essa madeira, vai entrar caminhão. Só arranca madeira maior. Porque no roçado não, o cara coloca seu roçado e tira o legume com uns dois anos e a mata fica lá. Ela volta da mesma forma, com quatro anos a mata já está da mesma forma para você trabalhar com ela de novo. O

sistema aqui é esse, a gente planta um ano, dois anos e isola ela, com quatro anos já está boa de novo para plantar. Dessa forma não mexemos na mata virgem. Só no capoeirão para o roçado. Mata virgem não mexemos, fica só naqueles quatro hectares trabalhando (Raimundo Souza Nascimento, morador da Reserva Extrativista Chico Mendes, grifo nosso).

As vozes dos seringueiros permitiram inferir que nos locais (“colocações”) onde o manejo “sustentado” de madeira ocorreu, houve aumentos do poder aquisitivo de alguns seringueiros e também provocou diminuição da caça, destruição de ramais e preocupações acerca do futuro. Nas regiões onde ela ainda não aconteceu, há uma espécie de esperança potencializada pelo “discurso oficial” de que poderia trazer uma vida melhor. Mas existe também muita desconfiança, ou simplesmente desinteresse de quem prefere retirar seu sustento da floresta em pé. Em outros termos, o manejo “sustentado” de madeira parece envolver um conjunto de entendimentos distintos.

Outro aspecto a ser considerado é que naquelas áreas onde o manejo madeireiro foi implantado em Xapuri (notadamente no PAE Cachoeira), as vias de acesso (ramais) melhoraram significativamente (para permitir a entrada dos caminhões). Também são as áreas onde grande parte das famílias possuem energia elétrica (“Luz para Todos”), e a infraestrutura de saúde/educação são mais satisfatórias. O que demonstra, de fato, que aconteceu uma priorização dos investimentos públicos em serviços de infraestrutura, a fim de garantir o bom andamento da atividade na região. “Modernidades” que provocaram muitas mudanças na vida dos seringueiros, umas boas, outras nem tanto.

Dona Cecília Teixeira do Nascimento, seringueira mãe de 19 filhos (sendo 15 “criados”), que morava no PAE Cachoeira (morava, pois morreu em junho de 2013), ao conceder seu relato na varanda de sua casa simples na “Colocação Fazendinha” falou sobre a vida na floresta. Sua voz potente, apesar da idade, deixa transparecer, claramente, algumas mudanças importantes que aconteceram após a entrada do manejo madeireiro na vida dos seringueiros de Xapuri/AC.

Como é a vida de hoje? A vida de hoje é por umas partes boa e por outras não [...] **Agora é ruim porque tudo que a gente faz tem que ter uma pessoa mais do que a gente. Para a gente se colocar, para a gente arrumar um lugar para a gente fazer qualquer coisa. Tudo é preciso de outra pessoa está no meio, né?** Antigamente não era assim, antigamente você morava aqui e dizia: eu vou abrir um lugarzinho ali, eu vou fazer em outro lugar. Aí já metia o terçado, abria, e fazia um paiolzinho, uma choupana, ia para debaixo. Ou então fazia uma casinha. A vida era assim. Agora não, tudo tem que ter uma reunião, tem que ter uma palestra, tem que ter um negócio. Por isso eu não acho bom não, acho ruim (Dona Cecília Teixeira do Nascimento, falecida em 2013, moradora do PAE Cachoeira, grifo nosso)

Da fala da seringueira Cecilia pode-se inferir, ainda, que a influência ideológica e o conjunto de políticas voltadas para aprofundar a “mercantilização dos bens naturais” implicaram, sem dúvidas, na perda de representatividade das organizações dos seringueiros e, com isso, procedeu-se uma fragilização considerável do projeto original das Reservas Extrativistas. Inclusive, o fato de ficarem mais fragilizados, principalmente do ponto de vista político, pode explicar o fato de terem sido “forçados” a aceitar fazer coisas que nem gostariam. O manejo “sustentado” de madeira é o principal exemplo. O seringueiro e sindicalista Osmarino Amâncio Rodrigues, em entrevista publicada por Paula e Silva (2006), resumiu assim seu entendimento:

[...] só que hoje nós estamos nos deparando com algumas políticas que na época nós combatemos, as grandes madeiras, o latifúndio, o grande latifúndio improdutivo, combatemos a garimpagem na Amazônia, combatemos as políticas de prostituição agrária que a gente chamava que era a colonização. **O movimento se deixou levar pela simpatia e o carisma desses governantes, porque eles colocam pessoas lá com muita capacidade, você conversa com um secretário ou algum assessor político e se você não tiver participado do movimento, se você não tiver tido de início acompanhado, você jura que o cara está certo** (Osmarino Amâncio Rodrigues, apud PAULA; SILVIA, 2006, grifo nosso)

Considerações finais

Como visto, no bojo das ações do “Governo da Floresta”, pelo menos nos primeiros oito anos (1999-2007), o manejo “sustentado” de madeira tornou-se uma atividade econômica priorizada. De acordo com as argumentações apresentadas, isso ocorreu como resultado do atrelamento do discurso local com o das grandes instituições multilaterais de crédito. Inclusive, nesse discurso, a atividade madeireira passou a ser amplamente anunciada como a saída para o Acre se desenvolver “com sabedoria”. A partir desse tempo, nossa posição é que a ideologia do “desenvolvimento sustentável” se efetivou para valer nas terras do “Aquiry”.

No caso de Xapuri/AC, o manejo “sustentado” de madeira foi implantado pelo Governo estadual com expressivo apoio de ONG’s “ambientalistas”. Entretanto, como também destacado no texto, parte significativa dos seringueiros não aceitaram e apresentaram suas resistências à “nova” atividade. Visando minimizar os problemas, a “florestania” passou a “usar e abusar” da imagem do revolucionário Chico Mendes, que foi transformado em “ambientalista” e herói. Nesse processo, os seringueiros também se transformaram (ou foram transformados): as lideranças viraram funcionários públicos, e os que aceitaram implantar a atividade madeireira em suas “colocações” foram transformados em “produtores”.

Além do manejo “sustentado” de madeira, outras iniciativas ditas “modernizadoras” foram desenvolvidas pelo “Governo da Floresta” em Xapuri. Principalmente para viabilizar o manejo. Ações que impactaram nos modos de se viver provocando mudanças significativas na vida. Umas boas, outras nem tanto. Dessa forma, contrariando a opinião de muitos pesquisadores da região (e também do atual Governo do Acre), defende-se nesse texto que a proposta de nome simpático denominada de “desenvolvimento sustentável”, que no início priorizou a atividade madeireira e nos últimos anos passou a apresentar-se para a sociedade acreana com uma roupagem mais sofisticada (REDD, REDD+, etc), pode-se tratar, somente, de uma forma de tentar dar outra coloração (no caso “verde”) para algo que não tem solução. Em outros termos: trata-se, apenas, de mais uma resposta para a crise do capital em sua vertente dominante - o capital financeiro - visando dar continuidade ao processo de reprodução.

Observa-se que discurso do “desenvolvimento sustentável” foi incorporado por diversos atores acreanos, institucionais ou não, públicos e privados, ora valorizando um ou outro de seus pilares (econômico, social, ambiental, territorial). Instituições públicas, organizações não governamentais, empresas, setores produtivos, meios de comunicação garantem estar implantando um “novo tipo de desenvolvimento”, inserindo-lhe a nova qualificação, todavia “as falas seringueiras” parecem que não estão dizendo “sim” ao novo, que está destruindo ou apagando os costumes da floresta.

É o que se pode dizer, por enquanto.

Referências

BOM MEIHY, J. C. S. **Manual de História Oral**. São Paulo. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

_____. (Org.) **(Re)introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xama, 1996b.

BOM MEIHY, J. C. S; HOLANDA F. **História Oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

CAMELY, N. C. **A Geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o Estado do Acre**. Tese (Doutorado em Geografia). 2009. 259 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

DE ANTONI, G. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a Globalização da Amazônia. **Ambiente e Sociedade**. Campinas. v. XIII, n. 2. p. 299-313. jul-dez 2010.

DE AZEVEDO, G. G.; ASSREUY, V. B. **Manejo sustentável da madeira no Município de Xapuri-Ac**. FGV-EAESP e EG-FJP. São Paulo, setembro de 2012.

DOSSIÊ ACRE. **Documento especial para a Cúpula dos Povos** – Rio de Janeiro, 2012. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Conselho Indigenista Missionário. Rio Branco, Regional Acre, 2012.

MAIA, J. S. da. **A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do Rio Acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas.** Tese (Doutorado em História). 2009. 353 f. Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo. Pioneira, 1975.

MENDES C. **Quero ficar vivo para salvar a Amazônia.** Dez.1998. Entrevistador: Edilson Martins. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 25/12/1998.

PAULA, E. A. de. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:** dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2003.

PAULA, E. A. de; SILVA, S. S. da (Org.). **Trajatória das lutas camponesas na Amazônia acreana.** Rio Branco: EDUFAC, 2006.

PALZA SILVA, S.M. **Políticas Públicas e Ambientalismo no Agroamazônico:** um estudo de caso do Acre (1999-2010). Tese (Doutorado em Ciências). 2012. 329 f. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

PORFIRIO DA SILVA, J. (Coord.). **Arranjos Produtivos Locais no estado do Acre:** mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para política de apoio. Projeto: Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Nota Técnica 02. Rio de Janeiro: BNDES: RedeSist, 2009.

REGO, J. F. et al. **Análise Econômica de Sistemas de Produção Familiar no Vale do Acre.** UFAC/Departamento de Economia, 1996.

REGO, J. F. **A viabilidade de um novo extrativismo.** UFAC/ASPF, 1997.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** Edições Almedina, 2009.

SCHMIDLEHNER, M. F. Os desdobramentos do capitalismo de desastre no Acre - a adicionalidade do medo. In: **Contra Corrente: territórios de disputa.** Rede Brasil, número 5, outubro de 2012.

SCHMINK, M. et. al. **Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre, Amazônia, Brasil.** CIFOR & IMAZON, 2007.

TEIXEIRA DA SILVA, A. Governança global na Amazônia: O programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v.14, n.2, p-219-236, 2011.

Recebido para publicação em 23 de abril de 2015.

Devolvido para a revisão em 19 de agosto de 2016.

Aceito para a publicação em 26 de agosto de 2016.